

**HABEAS CORPUS Nº 548.867 - SP (2019/0358218-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : MARCUS VINICIUS ALVAREZ URDIALES  
**ADVOGADO** : MARCUS VINÍCIUS ALVAREZ URDIALES - SP256744  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : WAGNER IVAN PONTES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de WAGNER IVAN PONTES, apontando como autoridade coatora a Câmara Especial de Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do Agravo Interno Cível n. 0000176-08.2017.8.26.0414/5002.

Noticiam os autos que o paciente foi condenado à pena de 2 (dois) anos, 1 (um) mês e 11 (onze) dias de reclusão, no regime inicial fechado, mais pagamento de 18 (dezoito) dias-multa, como incurso no artigo 155, § 1º, na forma do artigo 71, ambos do Código Penal.

Inconformada, a defesa apelou, tendo o recurso sido desprovido.

Contra tal decisão, foi interposto recurso extraordinário, ao qual foi negado seguimento, sobrevindo agravo interno, que foi desprovido.

Sustenta o impetrante que caberia ao Supremo Tribunal Federal julgar o agravo interno interposto contra a negativa de seguimento do recurso extraordinário.

Alega que a autoridade impetrada, ao não conhecer do agravo interposto pela defesa, teria cerceado o direito de defesa do paciente, cabendo ao Tribunal *ad quem* se manifestar sobre a admissibilidade de recurso cujo julgamento é de sua competência.

Requer a concessão da ordem para que a ação penal seja anulada desde a decisão que não conheceu do agravo em recurso extraordinário, determinando-se a remessa do processo ao Supremo Tribunal Federal.

É o relatório.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o impetrante busca a subida de recurso extraordinário cujo seguimento foi negado em razão do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal em recurso submetido ao regime da repercussão geral.

Ocorre que eventual usurpação da competência do Pretório Excelso para analisar os pressupostos de admissibilidade do recurso extraordinário interposto pela defesa deve ser arguida por meio de reclamação, não podendo ser examinada por este Sodalício na via do *habeas corpus*.

A propósito:

*Agravo regimental em embargos de declaração em reclamação. 2. Alegação de omissão da decisão agravada quanto à apreciação dos argumentos expendidos na petição inicial. 3. Direito do Trabalho. 4. Reclamação contra decisão proferida pelo TST em juízo de admissibilidade de recurso extraordinário e*

*contra acórdão em sede de agravo interno. Alegação de usurpação da competência do STF em face de erro de fato do tribunal de origem ao aplicar o tema 494 da sistemática da repercussão geral (RE-RG 596.663). 5. Pretensão de revisitação de tese firmada em repercussão geral. 6. Argumentos incapazes de infirmar o julgado. 7. Negado provimento ao agravo regimental.*

*(Rcl 26562 ED-AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 25/10/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-242 DIVULG 05-11-2019 PUBLIC 06-11-2019)*

Ademais, os artigos 1.030 e 1.042 do Código de Processo Civil autorizam o Tribunal de origem a obstar o avanço do recurso extraordinário e do respectivo agravo com base em entendimento firmado em recurso submetido ao regime da repercussão geral, procedimento que não implica usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal, o que reforça a impossibilidade de conhecimento deste *writ*.

Nesse sentido:

*Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. APLICAÇÃO PELO TRIBUNAL A QUO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO (ART. 1.042 DO CPC/2015). MANIFESTO DESCABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DESTA CORTE. REITERAÇÃO DOS ARGUMENTOS DA PETIÇÃO INICIAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Inexiste usurpação de competência desta Suprema Corte na decisão que não conhece agravo em recurso extraordinário (artigo 1.042 do CPC/2015) interposto contra decisão que aplicou a sistemática da repercussão geral, passível de impugnação apenas por agravo interno (artigo 1.030, § 2º, do CPC/2015). 2. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedente: Rcl 22.048-ED, Tribunal Pleno, DJe de 23/08/2016. 3. Agravo regimental desprovido.*

*(Rcl 30864 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 26/10/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-237 DIVULG 07-11-2018 PUBLIC 08-11-2018)*

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefer-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator